



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 107ª
(CENTÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Renúncia	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 221, de 04/12/2008, juntamente com a ata sucinta da 107ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início aos Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observação, as seguintes:

- Ata da 37ª Sessão Extraordinária, de 25 de novembro de 2008;
- Ata da 106ª Sessão Ordinária, de 25 de novembro de 2008.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Geraldo Naves, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*. Antes, porém, solicito a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Casa do Povo, em seus gabinetes, que por gentileza se dirijam ao plenário para iniciarmos os nossos trabalhos imediatamente.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há *quorum* regimental para discussão. Há 12 Parlamentares presentes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha participação é rápida, concisa, precisa e pontual.

Ontem participamos com o Governador Arruda de uma audiência pública no Riacho Fundo II. Este é um modelo que já existe em alguns Estados; o que chegou ao meu conhecimento é que veio importado de Curitiba. Neste modelo, o usuário do serviço público, o contribuinte, o eleitor, o membro da sociedade tem um contato direto com o chefe do Poder Executivo. Classifico e reputo a audiência como muito boa, porque não há intermediário entre o chefe do Executivo – que resolve os problemas – e aquele que exige a solução dos problemas. Então, eu queria parabenizar o Governador e dizer que S.Exa., lá mesmo, já encaminhou a maioria das soluções das questões que a ele chegaram. A maior delas foi a liberação de uma verba de 500 mil reais para a construção da feira permanente, obra que já se arrasta há mais de 8 anos.

O Riacho Fundo é uma cidade sem identidade – como também São Sebastião, Deputado Rogério Ulysses –, pois não tem registro. No Riacho Fundo o caso é mais grave, porque não dispõe de agência de correio, posto de gasolina, agência bancária; enfim, não há infra-estrutura. E não há escritura dos lotes. Assim, eu queria parabenizar o Governador.

Também ontem estive com o Governador na entrega de medalhas dos 200 anos da Polícia Civil. Ali, encaminhei a solução de um problema que se me afigurava grave: o pagamento de passivos da Polícia Civil para somente uma parcela dos policiais civis ativos e inativos. S.Exa., de imediato, resolveu estender a todos, o que é justo e normal. Assim, o parabenizo novamente.

Vejo no *Correio Braziliense* de hoje que a agenda social será prioridade em 2009. Estão aqui listadas algumas ações programadas. Vão-se incrementar programas que darão oportunidades de qualificação para cidadãos de baixa renda. Temos uma emenda, que vai ser objeto de um convênio do ano passado para este, de 1 milhão de reais. Temos mais uma para o ano que vem – também de 1 milhão de reais – e também para erradicação do analfabetismo e aumento de escolaridade,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

além de cursos de qualificação profissional que funcionam como porta de saída, Deputada Erika Kokay, para a população pobre.

Diz-se aqui que serão feitos convênios com vários órgãos, principalmente da área federal, com o Ministério do Desenvolvimento Social. Agora, eu queria chamar a atenção do Sr. Governador para o fato de que há várias entidades aqui que poderiam ser conveniadas com o Governo do Distrito Federal. Eu vou citar só uma: há o Hospital da Visão, Deputado Wilson Lima, lá perto da sua cidade, em Santa Maria, Deputado Leonardo Prudente, meu Líder, aliás, líder duas vezes. Há um Hospital da Visão montado há mais de 3 anos, com todo o instrumental, maquinário de última geração – aliás, é o único que existe. Eu acho que o Deputado Raad Massouh sabe desse hospital, porque conhece. É em Santa Maria, no Porto Seco. Esse hospital está, para quem quiser ver, literalmente parado, com os instrumentos, com os aparelhos nas caixas. Eu estou sugerindo aqui à área de Saúde do Governador e ao próprio Governador que aproveite essa estrutura!

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, eu queria sugerir a V.Exa. e ao Deputado Raad Massouh, que é o Presidente da Comissão de Educação e Saúde, para que a CES possa fazer uma visita oficial a essa instituição, juntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, a fim de oferecermos um relato ao Secretário de Saúde do Governo sobre a importância desse trabalho, sobre o nível de tecnologia que está instalado nesse importante hospital e sobre a grande contribuição social que ele pode dar ao Governo do Distrito Federal.

Tenha, na Liderança do Governo, o apoio incondicional às colocações de V.Exa., Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Prudente.

Para encerrar, estamos fazendo essa sugestão porque há entidades sérias aqui – não estou dizendo que não existam entidades que não sejam sérias –, mas esta nós conhecemos. Um hospital desse nível, perdoem-me dizer: é difícil entendermos como um hospital desse está sem funcionar.

E tem mais: para quem vai fazer um convênio, para o Governo, se quiser fazer, é totalmente gratuito porque não há contrapartida. O Governo recebe o hospital em convênio com tudo, Deputado Cabo Patrício – e agora pode ser feito. Votamos uma lei aqui. Só entra com a mão-de-obra, e V.Exa. poderá mandar os pobres do Gama, que não podem pagar consulta e cirurgia ocular, irem para esse hospital que fica lá no Porto Seco, vizinho a Santa Maria.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas, pelo Bloco Democratas Progressistas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses, pelo Bloco Independente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os técnicos em nutrição e dietética e os técnicos em higiene dental do CEP Saúde de Planaltina estão solicitando auxílio de remuneração por período de estágio. Sr. Presidente, isso me parece algo extremamente justo, já que os técnicos em enfermagem, em período de estágio, já recebem esse auxílio. Então, até pelo princípio da isonomia, esses técnicos também deveriam recebê-lo. É um auxílio no valor de 8 parcelas de R\$ 130,00 (cento e trinta reais). E, se algumas áreas estão recebendo, como a área de enfermagem, é justo que isso seja estendido também à área de nutrição e a de higiene dental, que também são tão importantes para a população do Distrito Federal.

Eu gostaria apenas de deixar esse registro e solicitar que esta Casa avalie a possibilidade de defender junto ao Governo essa posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me colocar absolutamente de acordo com as palavras proferidas pelo Deputado Reguffe com relação aos THDs – técnicos em higiene dental – e também aos técnicos em nutrição. Eu gostaria de dizer que, além disso, é preciso que tenhamos mais nutricionistas, tanto na rede de saúde quanto na Secretaria de Educação. Temos apenas 2 nutricionistas na Secretaria de Educação.

Temos que ter absoluta preocupação com a invasão da lógica do estado mínimo, que está chegando a algo absolutamente fundamental, que é a alimentação escolar: a intenção do Governo de tercelrizar também a alimentação escolar. Nós devemos ter uma audiência nacional para discutirmos esses assuntos, a necessidade de mais nutricionistas, porque estes são absolutamente fundamentais.

Os técnicos em nutrição, na Secretaria de Saúde, por exemplo, têm uma função absolutamente fundamental e são parte substancial da saúde da população do Distrito Federal. Então, transmito minhas congratulações a todos os nutricionistas, técnicos em nutrição e, ao mesmo tempo, o nosso compromisso de não apenas trabalharmos na perspectiva do que já foi exposto pelo Deputado Reguffe, como também para aumentarmos o número de profissionais em nutrição nas políticas públicas. A mesma coisa vale para o THD, que não existe formalmente na Secretaria de Saúde. Agora, temos os THDs que não estão exercendo as suas funções plenamente. Eles são absolutamente fundamentais porque não são apenas auxiliares do dentista, alguns procedimentos de saúde bucal podem ser e são feitos com muita qualidade por eles.

Sr. Presidente, inscrevo-me hoje, já que não tive oportunidade de fazê-lo ontem, para dizer que ontem foi o primeiro dia dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Ontem foi o Dia Internacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, que deixa marcas, deixa hematomas, não apenas na pele, mas também na alma. Isso tira da mulher a condição de sujeito e a liberdade. Nós temos vários casos de violência contra a mulher. Neste país, segundo pesquisas, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência nas tipificadas pela Lei Maria da Penha: as violências sexuais, patrimonial, violência moral, violência psicológica e violência física.

Este ano a campanha traz: "Lei Maria da Penha, a sua atitude faz diferença. Comprometa-se". E tem um caráter diferenciado, porque nós estamos trabalhando com o envolvimento dos homens na luta pelo fim da violência contra a mulher.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

A campanha "16 Dias" começa, aqui no Brasil, no dia 20, que é o Dia da Consciência Negra, mas em todo o mundo começa no dia 25, que é o Dia Internacional de Luta Contra a Violência Dirigida à Mulher. Ela passa pelo dia 1º, que é o Dia Mundial de Combate à AIDS. Estamos vendo a feminização da AIDS. No começo da epidemia de AIDS, nós tínhamos por volta de 7 homens para cada mulher infectada, e hoje chegamos a ter por volta de 2 mulheres para cada homem infectado. Temos também um processo de atingimento do vírus à população de mais de 50 anos. Portanto, no dia 1º de dezembro, em função da feminização da AIDS.

Aliás, a pobreza neste país também é feminina. É feminina e é negra, o que indica duas formas de discriminação absolutamente destruidoras e desestruturantes da democracia e da cidadania. A campanha passa pelo dia 6, que é o Dia do Laço Branco, o dia do envolvimento dos homens na campanha, e lembra o massacre de Montreal, quando várias mulheres foram assassinadas por um jovem que adentrou uma faculdade de engenharia e disse: "só quero as mulheres". Ele dizia que as mulheres não poderiam estar cursando engenharia, que essa era uma profissão e um curso para homens. A partir desse dia, em 1989, houve um movimento mundial para o Dia do Laço Branco, de envolvimento dos homens.

Este ano, estamos com este abaixo-assinado, que é para os homens assinarem. Nós gostaríamos que os Parlamentares o assinassem, porque nós faremos como tem sido dito: "Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres". O primeiro a assiná-lo foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi assinado também pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, e pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves. Nós queremos que todos os Parlamentares desta Casa não apenas o assinem, mas que o encaminhem para as pessoas que conhecem, para que nós possamos no dia 6, Dia do Laço Branco, entregá-lo com 100 mil assinaturas. Essa é uma campanha mundial.

Por fim, nós temos o dia 10, que é o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 60 anos, uma reação da humanidade às atrocidades ocorridas durante a II Guerra Mundial: a desumanização de encarar o outro como ser não-humano. Eu diria que a humanidade fez um verdadeiro despir de uma condição de assimetria social.

Digo, para encerrar, que uma vida sem violência é um direito das mulheres. E digo também que a discussão de direitos iguais para homens e mulheres é estruturante. A violência contra a mulher não é apenas uma violência que atinge as mulheres; ela permeia o lar na banalização da violência e parte da mesma digital de todas as outras violências que têm um caráter discriminatório – de considerar que o outro não é um ser humano.

Encerro dizendo que a humanidade é uma só.

Era isso, Sr. Presidente. Estou com o abaixo-assinado, que passarei aos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço perdão a V.Exa. porque eu estava em reunião relativa ao concurso, ao início da formação dos técnicos penitenciários. Esse tema, inclusive, já foi tratado, de outra feita, pelo Deputado Geraldo Naves. Imaginei que o debate dizia respeito aos Líderes, por isso pedi um aparte e quero pedir desculpas a V.Exa.

Quero manifestar-me também, Sr. Presidente, ainda sobre o tema abordado pela Deputada Erika Kokay, se V.Exa. me permite.

A violência contra as mulheres não está tão-somente – vejam o exemplo de Maria da Penha – na agressão física, na submissão, no sexismo. Não está apenas nisso. Está também nisso – é o que chama a atenção –, mas não está apenas nisso. Na nossa modesta avaliação, está também na violação do direito transindividual. Quando o Governo não oferece escola para as crianças, é a mãe, a mulher que é mais ofendida. Quando não é respeitado o direito das trabalhadoras, é a mulher trabalhadora, que deseja entrar, que deseja permanecer, que deseja valorizar-se no mercado de trabalho, que é profundamente ofendida, porque faz o mesmo trabalho que o homem e percebe remuneração bem inferior.

As violências vêm de diversas formas. Quando há crime, sofre a mãe do infrator com sua perda para o cárcere, para a punição legal; sofre a mãe do ofendido ou da ofendida, porque perdeu seu filho querido ou porque teve afrontado ou lesionado seu filho querido.

Então, é preciso que pensemos, fundamentalmente, nesse momento em que se movimenta todo o Brasil contra a violência doméstica, especialmente contra a violência à mulher, em todas essas outras formas de violência que a atingem brutalmente. Há inclusive outro tipo de violência, aquela que culturalmente e, às vezes, inconscientemente, involuntariamente, todos nós, de alguma forma, desenvolvemos quando fazemos essas diferenças em nossos comportamentos diários.

Era isso que eu queria acrescentar ao brilhante pronunciamento da Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria da atenção dos Deputados Rogério Ulysses, Pedro do Ovo, Erika Kokay – prestamos muita atenção ao que S.Exa. fala –, Cabo Patrício, Leonardo Prudente. Estou há duas semanas querendo falar ou agendar uma audiência com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Sr. Antônio Gomes, Presidente da Terracap, e não consigo. Ele me disse que nem precisava marcar audiência. Eu fui lá, e ele não estava.

Eu tenho certeza absoluta de que ele não trabalha mais que nenhum de nós. É preciso que ele ponha a consciência para funcionar. O Governador retorna as nossas ligações, fala conosco quando ligamos. Eu acabei de atender 23 pessoas de 13h30 até 15h. Nunca deixei de atender. Estou dizendo isso muito triste, porque o Sr. Antônio Gomes, que é meu amigo e amigo de quase todos aqui, não é dado a esta prática, mas a está praticando, e isso é muito ruim no Governo. O Sr. Antônio Gomes é um sujeito solícito, mas não está conseguindo organizar sua agenda.

Eu não vou lá pedir emprego para ninguém. Eu vou lá para tratar do registro do Riacho Fundo II. Tentei fazer isso. Em uma das oportunidades, ele disse: "Olha, já vou levantar aqui como está, para informá-lo quando você vier aqui, e não precisa marcar audiência". No entanto, não consegui até hoje. Não sei o que está havendo, se eu sou um qualquer, mas ele deve atender a todos, o qualquer e o não-qualquer.

Solicito novamente que se ponha o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008, Item nº 13, em votação e que nós priorizemos, dentre os projetos do Governo, o da licença-maternidade. Todos nós não paramos de receber ligações de gestantes, de pessoas que já ganharam crianças esperando esse projeto. Deputado Chico Leite, no dia em que tentamos colocar em votação, a assessoria de V.Exa. e de outros Deputados pediram para fazer uma revisão. Por isso, esse projeto não foi votado. Vamos priorizar essa votação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero ratificar as palavras do Deputado Milton Barbosa sobre o projeto da licença-maternidade, que passa de 120 para 180 dias. Já há um acordo das Lideranças para que o projeto seja apreciado hoje. Todas as divergências já foram superadas. Com certeza, votaremos esse projeto, como também outros projetos.

O tratamento do Sr. Antônio Gomes, Presidente da Terracap, por mais que nós o conheçamos, é o tratamento que não só ele, mas os demais poderes e as demais instituições do Governo do Distrito Federal têm tido com a Câmara Legislativa. É importante que cada Parlamentar tenha essa consciência. Por isso, farei uma proposta aqui. Temos alguns vetos obstruindo a pauta. Proponho que não votemos o Projeto de Lei nº 1.032 – que passa alguns imóveis do Governo do Distrito Federal para a Terracap para alienação –, justamente para darmos uma resposta e fazermos o Sr. Antônio Gomes vir aqui prestar esclarecimento dos lotes destinados à área social, dos mapas entregues ontem e hoje para o Poder Legislativo e, conseqüentemente, para os Deputados. Senão, vai ficar assim: um Deputado liga ou vai lá para ser atendido e não é. Agora, na hora em que o projeto vem para cá,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

vem com a máxima urgência, urgência urgentíssima, para votarmos no mesmo dia, como alguns queriam fazer ontem e não fizemos.

Da parte da bancada do PT, fica claro que, como os vetos não foram superados, não há acordo para votação, até para que ele dê um tratamento melhor, um tratamento mais digno para cada um dos Parlamentares desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunto aos Parlamentares se há alguma objeção em apreciarmos outros itens da pauta. (Pausa.)

Como não há nenhuma objeção, está vencido esse questionamento.

Passaremos à Ordem do Dia.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou amigo pessoal do Antônio Gomes, Presidente da Terracap. Uso a palavra neste momento porque o Deputado Cabo Patrício generalizou ao dizer que era todo o Governo do Distrito Federal. Não é. Eu quero endossar as palavras do Deputado Milton Barbosa e do Deputado Cabo Patrício e me unir a S.Exas. Realmente, o Presidente Antônio Gomes, de uns tempos para cá, está muito diferente daquele Antônio Gomes que conhecemos em outras épocas, está muito diferente em todos os aspectos, ficou mais jovem.

Quando ligamos para o Ricardo Penna, S.Exa. atende na hora. Quando ligamos para o Valdivino, S.Exa. atende na hora. Quando ligamos para o Fraga ou qualquer outro Secretário, S.Exas. atendem na hora. Nobre Deputado Cabo Patrício, V.Exa. não pode generalizar e dizer que é todo o GDF. V.Exa. mesmo fala com o Governador a hora que quer. V.Exa. mesmo liga para o Governador, e S.Exa. atende V.Exa. com o maior carinho. Então, V.Exa. não pode generalizar!

Era o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estão acordados os Itens nºs 17, 18, 44 e 25. O Item nº 17 trata da licença-maternidade. O Item nº 18 trata da prorrogação do REFAZ. O Item nº 44 trata da homologação do convênio que parcela os débitos de ICMS das compras natalinas. O Item nº 25 muda uma destinação e cria a Praça do Poeta, no Lago Sul. São todos esses os Itens acordados.

Ficaria por último, para discutirmos, essa questão da reversão dos terrenos da Terracap. Vejo que o Presidente da Terracap, Sr. Antônio Gomes, tem tido o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

maior apreço, o maior carinho, a maior atenção com a Câmara Legislativa, prestando todas as informações quando solicitado, e não vejo dificuldade nenhuma em convidá-lo para vir até a Casa e tirar qualquer dúvida que eventualmente algum Deputado tenha em relação ao projeto. É importante, Sr. Presidente, que os Deputados estejam confortáveis para votar aquilo que é bom para a sociedade com a sua convicção e com a certeza do seu dever cumprido.

Quero solicitar aqui ao nosso Subsecretário, Sr. Josafá, que convide alguém da diretoria da Terracap, ou o Sr. Antônio Gomes ou um diretor da Terracap, para se dirigir à Câmara Legislativa e prestar as informações que os Deputados solicitarem.

Eu quero apenas, Sr. Presidente, fazer aqui uma saudação à nação piauiense. Hoje tivemos uma belíssima reportagem do *Correio Braziliense*, que diz que ninguém vai ao paraíso sem escala na grande Piracuruca. Na verdade, é uma surpresa! Os Deputados Chico Leite, Milton Barbosa, Raimundo Ribeiro, Alírio Neto, Cristiano Araújo são os honrosos piauienses que hoje, certamente, abrilhantam este plenário, e eu não poderia deixar de parabenizar a brilhante reportagem da Redação do *Correio Braziliense* sobre a grande Piracuruca, no estado do Piauí, já adotado por todos nós desta Casa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por solicitação de V.Exa. para que votemos, eu vou abrir mão dos Comunicados de Parlamentares. Amanhã farei então o comunicado sobre o lançamento, pela Comissão Justiça e Paz, no último sábado, da Campanha da Fraternidade do próximo ano, que trata de um tema importantíssimo sob a ótica de política pública: paz e segurança.

Pude participar com Dom João, com o Sr. Hélio, Presidente da comissão da qual fiz parte por muitos anos, com o Sr. Luis Antonio, com o Coordenador das Pastorais, sábado de manhã. É muito importante, e amanhã farei um pronunciamento sobre isso. Sei que V.Exa. participará também ativamente. Nós, da bancada do PT, vamos propor, junto com V.Exa., uma sessão solene para o ano que vem. Mas eu já adiantarei alguns temas de debate amanhã, atendendo ao pedido de V.Exa. para que passemos à votação.

Só queria fazer uma observação importante, Sr. Presidente: o PDOT precisa, pelo que tem de importância para a cidade, que todos nesta Casa tenhamos muita cautela e muita clareza sobre de que lado estamos – se estamos mesmo do lado da cidade, dos habitantes do Distrito Federal, que querem a melhoria da qualidade de vida. Por isso é importante a apresentação, o debate, o aceno que fizeram ontem os relatores, ainda na reunião do Colégio de Líderes, quando deixaram o prazo procedimental ao talante dos debates feitos por esta Casa, pelos Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Já tive ocasião de participar do debate, e nossa bancada, liderada pelo Deputado Cabo Patrício, tem atuado firmemente. Nós apresentaremos, no nosso mandato, uma série de propostas. E, fundamentalmente, observo – aproveitando a chegada do Deputado Alírio Neto – que, ao que me parece, a pressa na aprovação do PDOT de qualquer jeito, sem a cautela para que seja um instrumento de melhoria da qualidade de vida, só interessa aos especuladores, àqueles que querem ganhar dinheiro, que querem fazer da terra instrumento particular. Só interessa a eles; a nós aqui, interessa o debate profundo, vertical, profícuo e ao lado da população do Distrito Federal.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Quero só acrescentar algo sobre o Projeto de Lei nº 1.032, de acordo com o que o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, apresentou: que, então, os técnicos da Terracap venham aqui, inclusive para dizer o porquê da importância de terrenos como, por exemplo, o CDS – Centro de Desenvolvimento do Gama, avaliados já pela Terracap em 1,6 milhão de reais, e outras áreas de interesse social serão colocadas à venda pela Terracap.

Então, deixemos isso bem claro, porque vai mexer com a população de baixa renda, que não tem recurso, o que pode prejudicar o atendimento na Secretaria de Desenvolvimento Social, hoje da Deputada Eliana Pedrosa.

Quanto ao PDOT, já que o relatório vai ser apresentado hoje, quero deixar claro para todos os Parlamentares e para a imprensa que aí está que o Governador fez um acordo com a bancada do Governo e chamou a Oposição – os quatro Deputados do PT e o Deputado Reguffe – para dizer que, em função da complexidade do projeto, a partir do dia em que os relatórios da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Assuntos Fundiários fossem apresentados, os Parlamentares teriam um período de trinta dias para apreciar esse projeto, e só então ele seria colocado em votação. Hoje estamos no dia 25 de novembro. Com os trinta dias, não seria conveniente votarmos o projeto este ano. O Governador, inclusive, foi à imprensa dizer que não o votaria este ano. Não façamos a votação de forma açodada, comprometendo toda a qualidade de vida da população do Distrito Federal, porque temos a criação de duas cidades.

O relatório será apresentado, com a base do Governo ciente. Que o Líder do Governo e o Governador cumpram o acordo, e os Parlamentares tenham prazo para analisar e só apreciar o PDOT quando tiverem convicção daquilo que estão votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 221, de 04/12/2008, juntamente com a ata sucinta da 107ª Sessão Ordinária.)

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO)–Dá-se início à
ORDEM DO DIA

Item nº 13:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Armildes Corrêa de Brito”.

DEPUTADO CHICO LEITE–Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO)–Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.)–Sr. Presidente, nós temos um projeto que regulamenta a matéria, o qual teve apoio firme, no passado, do ex-Deputado Chico Vigilante, Presidente do meu Partido, e teve o apoio da Deputada Eurides Brito, ainda na ocasião. V.Exa., como fez com os outros projetos, afirmou-se, protagonizou-o, fizemos o substitutivo juntos. Ele está na pauta há meses. Sei que V.Exa., como co-autor, talvez não tenha aqui distanciamento necessário. Mas não é possível! Perdoe-me o questionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO)–Deputado Chico Leite, o projeto também é de minha autoria, como de V.Exa. Na verdade, tenho o maior interesse nele, que está na minha cota. V.Exa. o está conduzindo, pois está apensado, e é uma honra para mim ter um projeto junto com V.Exa. Eu apenas gostaria de ter a condição política de aprová-lo, porque de votar por votar e ser derrotado, tenho meu receio.

Vou colocá-lo na pauta como minha cota, como foi conversado na sala de reuniões. A partir de terça-feira, ele estará na pauta para votação. Se for necessário ser derrotado com a proposta, o seremos. Mas gostaria muito que os Deputados que são favoráveis ao projeto começassem a trabalhar, para que possamos ter votos suficientes para sua aprovação.

DEPUTADO CHICO LEITE–Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO)–Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Armildes Corrêa de Brito”.

A homenageada, ou a pessoa que S.Exa. pretende homenagear com o título de Cidadã Honorária de Brasília é muito conhecida no Distrito Federal. Foi professora da Secretaria de Educação por muitos anos e hoje se dedica a diversas atividades. É fundadora e editora da revista *Evidence*, colunista também de jornal, apresentadora de programa de rádio e televisão, mas, mais do que isso, é uma pessoa extremamente envolvida nos trabalhos comunitários, especialmente na sua cidade, Taguatinga, que ela promove de uma forma vigorosa, extremamente interessante. Além de tudo, a homenageada é poeta.

Tive oportunidade de ler um dos poemas da professora Armildes na sessão solene que esta Câmara fez em Taguatinga por ocasião do aniversário daquela cidade, neste ano. O poema, que foi publicado naquele dia no *Jornal de Brasília*, é um poema muito bonito e de muito amor a Taguatinga. E como o título de Cidadão Honorário é de Brasília, pega muito bem a esta taguatinguense também receber este título de Cidadã Honorária de Brasília.

Somos, portanto, pela aprovação desta indicação feita pelo Deputado Milton Barbosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Eu gostaria de fazer uma retificação. Na pauta tem um segundo projeto de decreto legislativo, Item nº 9. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 11 e soma-se a ele o Item nº 13. Passamos à discussão, em turno único, das duas proposições: o Item nº 9 e o Item nº 13.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não tenho nada contra as pessoas que estão sendo agraciadas. Agora, eu votarei contrário a essa concessão de títulos de Cidadão Honorário de Brasília por coerência, até porque, desde que eu cheguei a esta Casa, tenho votado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

contra todos os títulos de Cidadão Honorário de Brasília, simplesmente seguindo o meu compromisso de campanha com os meus eleitores e por considerar que não deveria ser uma atribuição desta Câmara Legislativa a concessão de título de Cidadão Honorário.

Penso que o Poder Legislativo deve ter como funções precípuas legislar e fiscalizar o gasto do dinheiro do contribuinte, fiscalizar os atos do Poder Executivo, e não conceder títulos honoríficos. Por isso, o meu voto é contrário.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Somente um instante, Deputado Milton Barbosa. Eu tenho que transferir a Presidência para o Deputado Wilson Lima, porque eu sou um dos autores de um dos projetos de decreto legislativo, e foi até V.Exa. quem solicitou.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar ao Deputado Chico Leite e ao Deputado Reguffe que há um princípio de direito que diz que a lei do tempo rege o ato. *Legis tempus regit actum* também é outra forma de dizer. Se a lei está em vigor, nós estamos albergados nela; se a modificação não veio, que a façamos. Agora, enquanto estiver uma norma em vigor, nós temos de respeitá-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 9:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2007, de autoria do Deputado Alírio Neto, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Geraldo Aguiar de Vasconcelos".

Item nº 13:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Armildes Corrêa de Brito".

Os dois projetos estão com a tramitação concluída; portanto, em discussão os projetos em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Os projetos estão aprovados com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe e 1 abstenção do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2007, de autoria do Deputado Alírio Neto, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Geraldo Aguiar de Vasconcelos”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Armildes Corrêa de Brito”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeri a V.Exa. e faço duas observações ao nobre Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente. Primeiro, sobre a votação da licença à gestante, que é fundamental. Eu acho que nós a incluiremos certamente em pauta hoje.

Tenho outra observação a fazer, Sr. Presidente, ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo: nós lutamos por muitos anos, e vários parlamentares que estão aqui presentes são testemunhas, pela chamada lei dos concursos, até que o Governo, numa atitude extremamente elogiável em minha opinião, vendo que havia uma causa comum, absolutamente republicana, tomou a si e, na solenidade em comemoração ao Dia do Servidor Público, assinou a mensagem e a enviou a esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

O projeto, Deputado Leonardo Prudente, da chamada lei dos concursos já chegou aqui e V.Exa. até nos ajudou a aprová-lo no passado. É a primeira do Brasil que trata do assunto. Agora eu vi, fazendo um exame hoje das prioridades do Governo para votação até 15 de dezembro, que a lei dos concursos não está ali presente. E me preocupo, Presidente Alírio, porque estão anunciados nos jornais inúmeros concursos para o ano que vem. São concursos para carreiras que vão de técnicos a carreiras altamente especializadas dos setores-meio aos setores-fim do serviço público. Todos esses concursos deverão, caso a aprovemos até 15 de dezembro, ser regidos, Deputado Leonardo Prudente, pela lei dos concursos. É fundamental que toda a sociedade do Distrito Federal, os jovens e as jovens, os concursandos e as concursandas saibam disso, mas isso depende, evidentemente, da vontade política do Governo e da nossa, independentemente da bancada ou do partido.

Eu gostaria, portanto, Sr. Presidente, de poder contar com a habitual prudência do Deputado Leonardo Prudente para que incluíssemos como prioridade a lei dos concursos, para apreciarmos até 15 de dezembro, para que todos aqueles que vão tentar um lugar ao sol sem precisar de apadrinhamento político-eleitoreiro possam saber que os concursos que serão feitos no ano que vem já serão regidos pela lei dos concursos.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como sou novo na Casa, só queria entender. Normalmente, nós vemos apenas um assessor de cada Deputado aqui no plenário. Alguns Deputados têm dois assessores. Perguntar não ofende. Como é possível um Deputado ter no plenário mais de dois assessores? O Deputado Reguffe tem três assessores no plenário. Eu tenho um, outro tem dois, outro tem um e meio. Por que três? Que excesso de servidores o senhor tem! Quer coisa! Não entendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Geraldo Naves, na verdade, existe uma resolução que regulamenta isso. A previsão é de um assessor por Parlamentar no plenário. Como o Deputado Reguffe é Deputado único do seu partido, acredito que deve ter um também da Liderança, que seria aquele que tem o crachá para entrar. Não tenho certeza se ele tem mais do que isso, mas acredito que sejam no máximo dois.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que o Deputado Geraldo Naves tem toda a razão na sua reclamação. Realmente, no momento, há mais de um assessor meu no plenário, simplesmente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

porque me trouxeram uns papéis para eu assinar. O Deputado tem toda a razão na sua reclamação. Quando não estou certo, dou a mão à palmatória. Apenas um assessor meu trouxe uns papéis para eu assinar e não vi maior impeditivo de haver mais de um, por um breve momento. Fica apenas aqui o registro.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solícito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, embora o projeto que trata dos concursos não esteja na lista prioritária, quero aqui manter a minha concordância com a sua inclusão. Também estou de acordo com tantos quantos forem incluídos, especialmente os projetos do Executivo, conforme já havia sinalizado para o Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Cabo Patrício.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que solicite ao Deputado Wilson Lima, Primeiro Secretário da Casa, para fazer a chamada nominal dos Deputados, pois para o próximo Item, o de nº 18, são necessários 18 votos favoráveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Leonardo Prudente, são necessários 16 votos favoráveis.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Não são 18, são 16 votos favoráveis. A bancada do Partido dos Trabalhadores já se manifestou favoravelmente ao projeto; o Deputado Reguffe também. É o Item nº 18, que trata da prorrogação do REFAZ. Se tivermos os 16 Deputados em plenário, poderemos prosseguir. Se não, vamos escolher outra pauta que não tenha a necessidade de *quorum* qualificado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário Deputado Wilson Lima que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP			
BENEDITO TAVARES - PMDB	X		
BENHAJOM FORTES - PP			
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM			
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO AMARAL - PTB			
DOUTOR CHARLES - PTB			
ERIKA KOKAY - PT			
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE ADRIZ - PSDB			
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT			
PEDRO DO CARO - PMN	X		
RAAD MASSADH - DEM	X		
RAIWUNDO ROBEIRO - PSL	X		
REGIANE - PT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB			
ROBERTO DE FREITAS - DEM	X		
WILSON LEON - PR	X		
ALIRIO NETO - PPS	X		
TOTAL	15		

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Estão presentes 15 Parlamentares.

Há outros projetos na pauta que não dependem de 16 votos para apreciação. Votaremos essas matérias e, assim que chegar o décimo sexto Parlamentar, voltaremos ao projeto que depende de *quorum* qualificado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Item nº 25, que altera a destinação de Imóvel no Lago Sul para a construção e a criação da Praça do Poeta, é um projeto já pacificado e sobre o qual há consenso. São necessários 13 votos para sua apreciação. A Oposição e o Deputado Reguffe, do PDT, também estão de acordo com a matéria.

Solicito, portanto, que apreciemos o referido projeto enquanto os demais Parlamentares não chegam ao plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera a destinação dos imóveis que especifica e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Leonardo Prudente - CAF
Deputado Milton Barbosa - CCJ

O projeto em questão já tramitou na Comissão de Assuntos Fundiários e na Comissão de Constituição e Justiça, recebendo um substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça sobre o qual o Relator da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Leonardo Prudente, precisa se manifestar.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera a destinação dos imóveis que especifica e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, nosso parecer é pela sua admissibilidade, considerando que o substitutivo aprimora substancialmente o projeto de origem do Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o substitutivo; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESC TCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 42/07
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	16			08	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Wilson Lima

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado o substitutivo.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça para a elaboração da redação final.

Esta Presidência informa aos Parlamentares a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, Sr. Cássio Taniguchi.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que interrompa a sessão por alguns minutos, para que as três comissões, a Comissão de Assuntos Fundiários, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Deputado Batista das Cooperativas, pela Deputada Eurídes Brito, e por mim, possam entregar formalmente a V.Exa. o texto elaborado durante alguns meses, de várias audiências públicas e discussões, para que possamos efetivamente iniciar o processo legislativo nesta Casa.

Preparamos, então, para entregar a V.Exa., o texto assinado pelos três Relatores. Depois nós o entregaremos a todos os Deputados presentes, e aos Deputados que não estão presentes, nós o encaminharemos aos seus gabinetes e à imprensa.

Eu gostaria também que V.Exa. convidasse a formalizar essa entrega o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Cássio Taniguchi e sua equipe, que durante o processo muito nos ajudou a analisar as propostas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a referência que farei, que é de natureza formal, diz respeito ao que declinou o nobre Deputado Benício Tavares, de maneira que eu gostaria de saber de V.Exa. se é oportuna a consideração a esse respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Chico Leite, nós temos duas situações a esse respeito. Se for questão de ordem regimental, constitucional ou sobre a Lei Orgânica, V.Exa. poderá fazê-la por escrito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Na verdade, vamos suspender a sessão. Nós teremos um momento, no processo legislativo, que será informal, até porque o Regimento Interno não prevê isso, apenas para tornar público o relatório e para que ele seja entregue a todos os Parlamentares. Mas se V.Exa. quiser deixar registrada verbalmente a sua questão de ordem, é importante que V.Exa. o faça antes de suspendermos a sessão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito bem, Sr. Presidente.

Ontem eu fiz um questionamento ao Deputado Benício Tavares que, aliás, foi extremamente elegante e respeitoso, como se é quando se está na presidência de uma comissão, embora tenhamos, aqui e ali, posições divergentes, mas são posições claras, transparentemente colocadas, pois divergências nos fazem crescer. Eu fiz a indagação na ocasião, mas gostaria de fazê-la publicamente. S.Exa. teve a transparência habitual e a firmeza.

Deputado Benício Tavares, eu indago a V.Exa. acerca do procedimento, pois ouvimos, aqui e ali, e isso tem me incomodado – eu tenho noticiado isso ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que tem feito um trabalho extraordinário e também tem sido transparente – que pretendem que o PDOT seja votado amanhã, ou depois, ou na próxima semana.

Todos nós sabemos que há, aproveitando a presença do Sr. Secretário Cássio Taniguchi, um procedimento regimental, no qual os Relatores apresentam os pareceres – assim o fizeram – e, em seguida, nos temos os prazos para apresentarmos emendas. Ou seja, a Casa tem um procedimento próprio para isso.

Eu disse ainda hoje que só interessa a pressa, inimiga da qualidade de um Plano Diretor de Ordenamento Territorial, àqueles que querem especular, tornarem as terras do Distrito Federal moeda para ganhar dinheiro, àqueles que se formaram em grupo para surrupiar a qualidade de vida do povo do Distrito Federal. A nós, Parlamentares, só nos interessa o debate, a profundidade, o trabalho sobre os mais diversos interesses que estão em debates.

Portanto, eu pergunto ao Deputado Benício Tavares se há prazo para a votação. Qual será o nosso procedimento efetivo?

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Eu agradeço a cortesia do Presidente e a solicitação do Deputado Chico Leite.

Conforme o encaminhamento que houve ontem, agora o processo está com todos nós. Iremos debater e apresentar um cronograma para análise dessa matéria. Evidentemente, isso não depende do Deputado Benício Tavares, ou da Deputada Eurides Brito, ou do Deputado Batista das Cooperativas, mas depende de todos os Parlamentares. O Presidente da Casa e o Líder do Governo farão o encaminhamento da matéria para ver se há condições de ela ser votada amanhã ou daqui a 10 dias, 15 dias. Esse prazo deve ser estipulado pelos Líderes desta Casa e pelos demais Parlamentares, porque a nossa parte é apresentar a V.Exas. o texto para análise.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Agora, quanto ao prazo, depende de todos nós, principalmente, do Plenário.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de V.Exa. suspender a sessão para que seja apresentado o relatório, de forma informal, aproveito a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Cássio Taniguchi para desejar-lhe boa-tarde.

Seja bem-vindo, Secretário! V.Exa. sempre tem sido solícito quando a Câmara Legislativa do Distrito Federal o chama para vir debater. Não sei se V.Exa. estava presente no almoço com o Governador, juntamente com os 4 Deputados do Partido dos Trabalhadores e o Deputado Reguffe. Se não me engano, o Secretário de Governo também estava presente àquela reunião. É preciso, mais uma vez, reafirmar essa questão do acordo com o Governador de votarmos a matéria após 30 dias da apresentação do relatório aos Parlamentares. Aí sim a matéria seria colocada em votação, para que não cometamos nenhum equívoco e possamos analisar o projeto como um todo, bem como os mapas que ainda serão entregues.

Então, eu gostaria de reforçar, mais uma vez, essa questão.

Eu sei que a Câmara Legislativa tem todo um procedimento, mas foi feito um acordo. O Governador conversou com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Cássio Taniguchi e com o Secretário de Governo José Humberto Pires e também ficou de conversar com a base de Governo e com V.Exa., para que o acordo fosse levado adiante e pudéssemos votar somente o PDOT depois de 30 dias da apresentação do relatório nas 3 comissões.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo ao Deputado Cabo Patrício, Líder do Partido dos Trabalhadores, que esse acordo não passou pelos demais Parlamentares. Por isso, nós não fomos chamados em nenhum momento para afiançar ou tomar conhecimento desse acordo que V.Exa. afirma.

Evidentemente, agora no processo legislativo é que se farão as tratativas, sob meu ponto de vista, sobre a tramitação desse projeto. Eu acredito que nesse ponto o Executivo não mais irá influenciar no prazo para discussão desse processo. Está com os Deputados essa decisão, e mesmo que possamos chegar a um tempo ou a um cronograma, sob meu ponto de vista, isso será estabelecido pelos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência da Casa, com todo o respeito, Deputado Cabo Patrício – eu sei que V.Exa. é um dos defensores, como é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

o Deputado Chico Leite, que está ao seu lado -, acredita que esta Casa tem autonomia, como está previsto na Lei Orgânica, para debater com os Parlamentares e fazer o nosso cronograma. Não tem sido uma prática nesta Legislatura - a não ser quando não haja consenso, não lembro de nenhum caso que não tenha tido - não conseguirmos chegar a um acordo para formalizar e criar um processo que seja o mais democrático possível nos debates das matérias, como foi dito ontem.

Esta Presidência suspende a sessão e, ao mesmo tempo, transforma-a em comissão geral para a entrega do relatório do PDOT pelas 3 comissões envolvidas.

Está suspensa a sessão.

(A sessão ordinária transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A presente comissão geral destina-se à entrega do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, Relatora da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta é uma cerimônia informal, como V.Exa. salientou, e eu brinco com os colegas dizendo que quando há uma Deputada, ela sempre tem de ser a secretária do grupo também. Então, por delegação do Deputado Batista das Cooperativas e do Deputado Benício Tavares, coube-me passar às mãos de V.Exa. o PDOT para, agora sim, dar o andamento, publicar, tomar todas as providências que o caso requer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência da Casa recebe o relatório. Providenciaremos cópia de toda a documentação para todos os gabinetes, que será entregue protocolada, com recibo, e publicada no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Acho que a partir de amanhã, se der tudo certo, se os procedimentos burocráticos permitirem o cumprimento dos prazos, nós, Parlamentares, passaremos a discutir o cronograma para debate da matéria.

Agradeço a presença do Secretário Cássio Taniguchi, a quem passo a palavra.

SECRETÁRIO CÁSSIO TANIGUCHI - Caro Presidente desta augusta Casa, Deputado Alírio Neto, Srs. Presidentes das Comissões, Exmos. Srs. Deputados Distritais, creio que hoje é um dia muito especial na medida em que as três comissões fazem a entrega formal do relatório que compõe o Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

É importante destacar que o Plano Diretor é um instrumento fundamental para dirigir o crescimento da cidade. O Distrito Federal já está um pouco atrasado em relação à atualização do seu Plano Diretor de 1997, dentro das diretrizes do Estatuto das Cidades, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2001. Tínhamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

o prazo de três anos para fazer essa adequação ao novo Estatuto das Cidades. Esse processo levou algum tempo, uma vez que havia a necessidade de ajustamento da Lei Orgânica do Distrito Federal para que pudesse acolher as inovações constantes do Estatuto das Cidades.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal tem uma importância vital. Quinhentas mil pessoas aproximadamente dependem da aprovação do PDOT para que possamos regularizar e entregar a escritura definitiva dos vários loteamentos irregulares que proliferaram aqui no Distrito Federal. O próprio Governador Arruda tem colocado a sua posição de uma maneira muito clara. É preferível ter um instrumento regulador que defina onde a cidade deve crescer, ou vamos deixar novamente o Distrito Federal à sanha dos especuladores e dos grileiros que fizeram tanto mal para o Distrito Federal?

Quando o PDOT foi elaborado – esse é um processo que já vem desde 2005 –, as inúmeras audiências públicas conduziram à formulação da edição que compreende o Projeto de Lei nº 46, de 2007. É evidente, nós sabemos disso, que a própria Câmara Distrital propôs alterações e, no caso específico, o substitutivo geral diante das várias solicitações de grupos organizados, tanto da área do meio ambiente, da área rural, quanto de outras áreas que tinham interesses específicos abordados nas várias audiências públicas. Foram 10 audiências públicas, sendo uma específica sobre o meio ambiente e uma específica sobre as áreas rurais.

Há uma inovação, sim, dentro do PDOT: a Zona de Contenção Urbana. É importante que se diga que a criação dessa Zona foi a forma que encontramos para controlar efetivamente o parcelamento das áreas rurais. Se as áreas rurais tivessem condições de segurar qualquer tipo de ocupação ilegal e irregular, obviamente nós não teríamos mais de 500, 600 áreas dominadas por condomínios e ocupações irregulares.

Portanto, o PDOT, da forma como foi encaminhado e, depois, com os aperfeiçoamentos decorrentes das audiências públicas e dos próprios Srs. Deputados Distritais, corresponde ao anseio maior da população. Perguntam-me frequentemente se o Governo do Distrito Federal tem interesse em aprovar, o mais rapidamente possível, o PDOT. Eu diria que o maior interesse é das quinhentas mil pessoas que hoje moram irregularmente em condomínios e assentamentos diversos.

É importante destacar também que não é só a classe média que mora em condomínios, mas sim, predominantemente, 60% de famílias de renda baixa, haja vista os assentamentos dos Condomínios Pôr do Sol, Sol Nascente, Arniqueiras e Vicente Pires. A gente vê o caos em que se transformou esta cidade. A pressa não é do Governo, a pressa talvez nem seja da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a pressa é da própria população do Distrito Federal, que precisa ter diretrizes adequadas para o seu processo de crescimento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Sr. Presidente, eu creio que a tarefa dos Srs. Deputados vai ser bastante intensa e árdua. Porém, eu queria, desde já, colocar toda a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente à disposição, para que acompanhe, *pari passu*, e esclareça todas as dúvidas que, porventura, surjam durante este processo.

Eu queria também destacar o trabalho brilhante dos Srs. Presidentes das várias comissões e também da própria Presidência da Casa e da Liderança de Governo. Realmente, foram dias e dias, muitas vezes insones, para que pudéssemos trabalhar dentro de um projeto que possibilitasse obter aquele consenso que todos nós desejamos, o melhor para o Distrito Federal, tanto do ponto de vista ambiental, quanto do ponto de vista social e econômico.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de poder me manifestar. Coloco, mais uma vez, à sua disposição toda a equipe da Secretaria.

Obrigado.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaríamos de convidar o pessoal da imprensa para, se quiserem, bater um papo sobre o assunto na sala do cafezinho. A sessão continua normalmente. Estaremos lá nós, os relatores, e o Secretário para bater um papo sobre esse projeto tão importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Antes, porém, o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, solicitou a palavra.

Eu queria, Deputado Leonardo Prudente, se V.Exa. me permite, fazer uma observação antes. Eu gostaria de – houve um lapso da minha parte – agradecer ao Secretário Cássio Taniguchi pela sua presença e pelo apoio que foi dado à Casa neste trabalho até agora. Esclareço que, além do trabalho feito pelo Governo nas audiências públicas para ouvir a população, esta Casa fez um trabalho com a participação de todos os Parlamentares, em especial com a participação dos Presidentes das 3 comissões. Nós realizamos 12 audiências públicas, 3 seminários e pelo menos um dia completo de debates técnicos com especialistas aqui no Plenário da Casa.

Portanto, o espaço e a oportunidade que foram dados no Poder Executivo também foram dados, de forma bastante contundente e intensa, aqui no Poder Legislativo. Faço essa observação apenas para somar todas as informações.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer 3 rápidas abordagens. Em primeiro lugar, quero saudar e cumprimentar a Deputada Eurides Brito, o Deputado Benício Tavares e o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Batista das Cooperativas pelo trabalho, não só pela harmonia na condução desse processo, mas também pelo desprendimento, pela dedicação e pelo tempo.

Tive a oportunidade de acompanhar quase todas as audiências públicas junto com o Presidente Alírio Neto. Certamente, após essas audiências, as mais de mil contribuições que chegaram às mãos dos Relatores tiveram que ser analisadas uma a uma. Queremos creditar esse importante trabalho ao Relator, Deputado Benício Tavares, à Deputada Eurides Brito e ao Deputado Batista das Cooperativas.

A segunda abordagem, Sr. Presidente, diz respeito ao Secretário da SEDUMA, Cássio Taniguchi. Creio que ele já recebeu aqui uma cópia do substitutivo, uma vez que esse projeto, esse Plano Diretor, foi concebido na Câmara Legislativa com o auxílio e com o apoio, quando era necessário, de técnicos da SEDUMA. Mas é importante que o Governo agora o receba de forma oficial, até mesmo para fazer suas colocações.

O Poder Executivo fez o encaminhamento, o Poder Legislativo recebeu as contribuições, consolidou as contribuições no substitutivo e agora o Secretário o recebe de forma oficial, para que o Governo, da mesma forma que os Deputados, possa dar suas eventuais contribuições. Quero dizer que, como Líder do Governo, estou pronto para receber eventuais emendas por parte do Governo, até porque essa é uma das minhas atribuições.

A terceira observação, Sr. Presidente, é do ponto de vista prático. Quero sugerir à V.Exa. que convoque para amanhã, às 14h30min, uma reunião com o Colégio de Líderes, para tratarmos do cronograma de tramitação do PDOT.

Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabeno os Deputados pelo trabalho que foi realizado, pois ansiávamos há muito por conhecer o relatório das três comissões relativas ao PDOT. Chegou a esta Casa o PLC nº 46, de 2007, depois chegaram algumas contribuições. Não foi considerado o substitutivo. Tivemos audiências públicas e agora, como disse o Líder do Governo, a responsabilidade e todo o peso recaem nas costas, mais uma vez, da Câmara Legislativa, do Poder Legislativo. Nós é que ficaremos responsáveis por qualquer erro, qualquer eventualidade que possa ocorrer, não no relatório dos nobres Parlamentares, mas no PDOT em si, por ser uma matéria tão complexa. Receberemos aqui 133 páginas de texto, sem contar os anexos dos mapas, que estão sendo confeccionados pela SEDUMA e nos serão entregues.

Solicito, então, que isso nos seja disponibilizado de forma digital, para que possamos fazer um estudo melhor, mais aprofundado, e que também os mapas que serão entregues pela SEDUMA tenham padrão compatível, para que os técnicos da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Câmara Legislativa, das comissões, das Lideranças dos partidos, que irão nos assessorar – os Parlamentares conhecem alguns temas, mas muitos precisarão de assessoramento, mesmo tendo estudado o PDOT durante um ano, pois uma coisa foi o PLC nº 46, outra coisa são as contribuições e, agora, essa nova versão – tenham uma melhor compreensão.

Então, é importante que ele seja digitalizado. Que amanhã, no Colégio de Líderes, possamos definir esse calendário, esse cronograma, inclusive os técnicos que irão nos assessorar, e que esses técnicos fiquem à disposição do conjunto de Parlamentares para esclarecer e sanar todas as dúvidas. Isso tudo para que possamos conhecer os técnicos, saber quais foram as contribuições, o que foi suprimido e, com isso, sanar todas as dúvidas, já que se trata de um tema tão complexo para a população do Distrito Federal.

É isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Agradeço mais uma vez a oportunidade que nos foi dada pelo Presidente, de esclarecer essa questão solicitada pelo Deputado Cabo Patrício.

Encaminhamos – as 3 comissões – uma solicitação à SEDUMA, para que ela possa agora adequar aos outros anexos as modificações, bem como os mapas, pois esta Casa não tem condições técnicas de produzi-los.

Quanto à questão do *pen drive*, verificaremos, por Intermédio da Presidência, ao Deputado Paulo Tadeu, se há disponibilidade. Em *pen drive* ou em CD, dependendo da disponibilidade da Casa. Se não for possível, sugiro que cada gabinete mande o seu *pen drive* para receber o texto do processo digitalizado, a fim de que possamos trabalhar o mais rápido possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Para que fiquem bem claros o pronunciamento e as colocações do Deputado Benício Tavares, os gabinetes que tiverem interesse – não sabemos se a Casa tem condições técnicas para isto, mas podemos consultar o pessoal da CMI, que não está aqui neste momento – em agilizar o processo, poderão apresentar o próprio equipamento de informática, CD ou *pen drive*. Será providenciado o mais rápido possível.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Alírio Neto; Srs. Deputados; Secretário Cássio Taniguchi e amigos da galeria e da imprensa, antes de mais nada, cumprimento os técnicos da SEDUMA, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, enfim, todas as pessoas que se envolveram nessa discussão.

O texto inicial ora apresentado possui 163 páginas e 289 artigos. Esse texto versa sobre a criação de novos setores. Exemplos: Setor Habitacional Catetinho,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Setor Habitacional Noroeste, Setor Habitacional Mangueiral. Versa também sobre a normatização dos condomínios do Distrito Federal.

Como o Secretário Cássio Taniguchi disse aqui, eu diria que não só 500 mil pessoas, Deputado Cabo Patrício, mas talvez 600 mil ou até 2,5 milhões de pessoas do Distrito Federal precisam do PDOT. Temos que incluir aí as pessoas que estão em condomínios irregulares, o déficit habitacional das pessoas que ainda não possuem o direito sagrado à habitação. Há 70 mil famílias que, mesmo já tendo recebido moradia, não possuem escritura. Por que faço essa analogia? Porque sei que o PDOT é um projeto complexo. Com certeza, não teremos consenso nesta Casa, pois se trata de um projeto sobre o qual há dissenso. Desde o primeiro dia, desde as primeiras audiências, Deputado Alfrio Neto, já falávamos sobre isso.

É importante mencionar que essa discussão não começou em 2007. Fizemos 163 reuniões regionais, desde o ano de 2005, e participei de quase todas: na Administração Regional do Recanto das Emas, em Santa Maria, no Paranoá, em São Sebastião, em condomínios, em Taguatinga, na Ceilândia, em Itapoã e em tantos outros locais. O Executivo promoveu 163 reuniões técnicas e 3 grandes audiências públicas e, quando o projeto chegou à Casa, ainda promovemos mais 12 audiências públicas, 3 seminários e tivemos vários momentos de discussão.

Deputado Cabo Patrício, sei que se trata de um projeto imprescindível. O PDOT é um projeto imprescindível! É um marco, hoje, apresentarmos essa sugestão de texto. É necessário que todos os Parlamentares – tenho a certeza de que será assim – façam uma análise minuciosa do projeto, que versa sobre preservação ambiental, preservação dos mananciais, resguardo dos aquíferos e cuidado com os recursos hídricos. Mas é fundamental que se abra esse debate. Nós não podemos deixar de harmonizar o homem com o meio ambiente. Com isso, eu quero dizer: nós não podemos deixar de ter a coragem de produzir novas moradias no Distrito Federal em detrimento de uma preservação cega de meio ambiente.

Eu acho que esta Casa, a partir de agora, se debruce sobre este projeto. Se nós vamos votá-lo amanhã, se nós vamos votá-lo daqui a 10, 15 dias, o ano que vem, quem vai decidir é um colegiado de 24 Deputados que foram eleitos pela população do Distrito Federal.

Então, eu queria fazer esse registro e dizer que, nos últimos 10 dias, tenho me debruçado de uma forma muito mais minuciosa, inclusive me ausentando de algumas sessões, porque nós não queríamos trazer dúvidas para esse relatório. O projeto hoje é apresentado de uma forma muito responsável e tenho certeza de que, no âmbito da discussão dos 24 Parlamentares, nós vamos melhorar muito esse projeto.

São essas as minhas palavras iniciais. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Agradeço a presença do nosso Secretário e da população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a comissão geral.

Está reaberta a sessão ordinária.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de reiniciarmos os trabalhos, solicito que V.Exa. proceda à verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Geraldo Naves, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
BERINALDO PONTES - PP		X	
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB	X		
ÉRIKA KOKAY - PT		X	
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
MILTON BARBOSA - PSDB		X	
PAULO TADEU - PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN		X	
RAAD MASSOUH - DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS	X		
TOTAL	12	12	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2008	16h	107ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de V.Exa. anunciar o *quorum*, eu gostaria de fazer uma comunicação. Na verdade, Deputado Wilson Lima, durante a comissão geral, o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, fez uma solicitação no sentido que fosse convocado o Colégio de Líderes amanhã, às 14 horas, para que pudéssemos debater um cronograma para discutirmos o PDOT.

Então, a Presidência da Casa está convocando, convidando, para amanhã, às 14 horas, uma reunião do Colégio de Líderes no Gabinete da Presidência, para que possamos discutir um cronograma para a discussão do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Encontram-se em plenário apenas 12 Deputados. Constatou-se inexistência de *quorum* para apreciação da matéria.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 107ª
(CENTÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA ENTREGA DO RELATÓRIO DA
CAF, DA CDESCTMAT E DA CCJ RELATIVO AO PROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2007 – PDOT,**

DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

SÚMULA

LIDO
Em: 27 / 11 / 08
K 17932
Assessoria de Plenário

PRESIDÊNCIA: Deputados Alírio Neto e Wilson Lima.

SECRETARIA: Deputados Geraldo Naves, Rogério Ulysses e Wilson Lima.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 16 horas e 3 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 48 minutos.

**ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: Mª Jucy / Chefe do Setor: [assinatura] (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Alfrío Neto – PPS
- Batista das Cooperativas – PRP
- Benício Tavares – PMDB
- Bispo Renato Andrade – PR
- Brunelli – DEM
- Cabo Patrício – PT
- Chico Leite – PT
- Cristiano Araújo – PTB
- Dr. Charles – PTB
- Erika Kokay – PT
- Eurides Brito – PMDB
- Geraldo Naves – DEM
- Jaqueline Roriz – PSDB
- Leonardo Prudente – DEM
- Milton Barbosa – PSDB
- Paulo Tadeu – PT
- Pedro do Ovo – PMN
- Raad Massouh – DEM
- Raimundo Ribeiro – PSL
- Reguffe – PDT
- Roberto Lucena – PMDB
- Rogério Ulysses – PSB
- Wilson Lima – PR

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATAS

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 106ª Sessão Ordinária e da 37ª Sessão Extraordinária.

**ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: ma Juez Chefe do Setas: _____ (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1.2 COMUNICADOS DA MESA

- Mensagem nº 404, de 2008, do Governador do Distrito Federal.
- Indicações nºs 5.833 a 5.839, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses.
- Indicações nºs 5.840 e 5.841, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas.
- Moção nº 298, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- Requerimentos nºs 1.267 e 1.268, de 2008, do Deputado Cabo Patrício.
- Requerimento nº 1.269, de 2008, do Deputado Rogério Ulysses.

Obs.: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADO DE LÍDER

DEPUTADO MILTON BARBOSA, líder do Bloco Social Trabalhista

- Avalia ter sido positiva a audiência pública realizada ontem no Riacho Fundo II, em que esteve presente o Governador Arruda.
- Afirma que Riacho Fundo e São Sebastião são cidades sem identidade, já que carecem de registro.
- Comunica que esteve presente na entrega, pelo Governador, de medalhas a servidores da polícia civil.
- Comenta a notícia publicada sobre as prioridades do GDF para 2009 e sugere ao Governador algumas áreas com as quais podem ser firmados convênios.

2.2 COMUNICADO DE PARLAMENTAR

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT

- Manifesta apoio à gratificação dos profissionais da saúde na área de nutrição e de odontologia.

**ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: Wª Jucy / Chefe do Setas: [assinatura] (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Destaca o dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres, e o dia 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à AIDS.

– Apresenta documento a ser assinado pelos homens que apóiam o combate a violência contra a mulher, e destaca que esse documento já foi assinado pelos presidentes dos três Poderes da República.

– Lembra que as mulheres não são vitimadas apenas pela violência física, mas também pela discriminação.

3 ORDEM DO DIA

(1º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 9: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 11, DE 2007**, de autoria do Deputado Alírio Neto (PPS), que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Geraldo Aguiar de Vasconcelos”.

ITEM 13: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 196, DE 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa (PSDB), que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Armildes Corrêa de Brito”.

– Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

– Votação dos PDLs, em turno único. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes). Houve 1 voto contrário e 1 abstenção.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL

Revisora: mfz Inez Chefe do Setas: [assinatura] (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(2º) **ITEM 25:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a destinação dos imóveis que especifica e dá outras providências".

– Parecer do relator da CAF, Deputado Leonardo Prudente, favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Obs.: A folha de votação nominal será publicada na ata circunstanciada.

4 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Alírio Neto):

– Anuncia que a sessão ordinária será transformada em comissão geral para entrega do relatório elaborado pela CAF, CCJ e CDESCTMAT sobre o PDOT.

4.1 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA EURIDES BRITO – PMDB

– Comunica a entrega, nesta sessão, do relatório elaborado pela CAF, CCJ e CDESCTMAT sobre o PDOT ao Presidente da Casa, Deputado Alírio Neto.

**ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: M^{te} Suz / Chefe do Setor: LM (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO ALÍRIO NETO, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

– Informa que serão encaminhadas cópias do PDOT aos gabinetes parlamentares e que o relatório elaborado pelas comissões será publicado no DCL.

– Ressalta que, a partir de amanhã, os parlamentares passarão ao cronograma para discutir a matéria.

CÁSSIO TANIGUCHI, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal

– Afirma que hoje é um dia especial, por ser o dia de entrega à Casa do PDOT.

– Ressalta que a Câmara está atrasada em relação aos outros locais no que se refere ao PDOT, e que este tem importância vital para o DF, pois 500.000 pessoas dependem desse plano para regularizar os seus terrenos.

– Cita os vários debates do Plano, e ressalta os aperfeiçoamentos por que passou.

– Acrescenta que o Governo do DF tem interesse de aprovar imediatamente o PDOT, e destaca que o interesse maior é das 500.000 pessoas que moram em condomínios, que precisam das diretrizes do Plano para regularizar sua situação fundiária.

– Elogia a presidência da CAF pelo trabalho realizado em relação ao Plano Diretor.

DEPUTADO ALÍRIO NETO, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

– Agradece a presença do Secretário Cássio Taniguchi e especialmente o trabalho feito pelas três comissões da Casa, lembrando que foram realizadas três audiências públicas para avaliar o Plano Diretor.

**ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: mf: jmg / Chefe do Setor: [assinatura] (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – PFL

– Agradece à Deputada Eurides Brito e ao relator Benício Tavares pela diligência e dedicação ao projeto, assim como ao Secretário Batista das Cooperativas.

– Destaca a importância de o Governador receber da Casa o Plano Diretor, de forma oficial, a fim de poder dar as contribuições necessárias ao aprimoramento do projeto.

– Pede que seja convocada para amanhã, às 14h, reunião do Colégio de Líderes.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – PT

– Ressalta que a responsabilidade para a execução do PDOT recai sobre a Casa, e sugere que o Plano, que contém 32 páginas, seja digitalizado a fim de ser discutido, pois é um tema complexo e importante para o Distrito Federal.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – PMDB

– Sugere que o Plano seja colocado em meio eletrônico para que cada gabinete possa tomar conhecimento do teor.

DEPUTADO ALÍRIO NETO, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

– Pede aos Deputados que têm interesse em acessar o Plano que se manifestem o mais rápido possível.

**ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: mf Inez / Chefe do Setas: mf (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP

- Cumprimenta os técnicos envolvidos na análise do PDOT.
- Aborda a extensão do projeto, que versa sobre a criação de novos setores habitacionais no DF.
- Ressalta que talvez 2 milhões e 500 mil pessoas do DF precisem do PDOT, número que abrange todos os condomínios e setores habitacionais a serem regularizados.
- Destaca o dissenso na Casa em relação ao PDOT, com 163 reuniões regionais para tratar do assunto, e acrescenta ter participado de todas elas.
- Cita as audiências públicas e os seminários realizados na Casa, e acrescenta que é necessário que os parlamentares façam uma análise minuciosa desse Plano.
- Ressalta que os recursos híbridos foram considerados, mas que a população precisa ser atendida em suas necessidades.
- Salaria que, principalmente nos últimos 10 dias, se debruçou sobre o Plano, e compete agora aos pares analisar e fazer acréscimos ao texto original.

DEPUTADO ALÍRIO NETO, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Agradece a presença do Secretário e encerra a Comissão Geral às 17h41m.

5 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA DA CASA

Presidente (Deputado Alírio Neto)

– O Presidente da Casa, Deputado Alírio Neto, convoca o Colégio de Líderes para reunião amanhã, às 14 horas.

ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL

Revisora: me Juez / Chefe do Setas: me (I/LO/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

6 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wilson Lima):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário

**Documentos lidos na 107ª Sessão Ordinária,
de 26 de novembro de 2008.**

**ATA SUCINTA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: M^{te} Inez Chefe do Setor: [Assinatura] (I/LO/SN)

1

E I D O
Em 26 / 11 / 08
K 17932
Assessoria de Planária

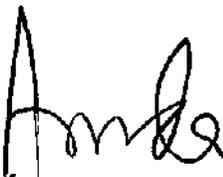
MENSAGEM
N.º 404 / 2008 - GAG

Brasília, 21 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 74 combinada com o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o artigo 206, § 2º, do Regimento Interno dessa Excelsa Casa, sancionei o *Projeto de Lei Complementar nº. 81/2008*, que "*Cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo*", o qual se converteu na Lei Complementar nº. 785 de 14 de novembro de 2008, publicado no DODF nº. 232 de 21 de novembro de 2008.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protesto de elevada estima e respeito.


JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador

Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

Recebido em 26/11/08
às 10:00 hrs.
Wellington
16965

LEI COMPLEMENTAR Nº 785 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criados o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol, inseridos na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, conforme Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 2º O Setor Habitacional Sol Nascente é constituído pela Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente e pela área de preservação permanente, onde será criado, pelo Poder Executivo, o parque ou unidade de conservação.

Parágrafo único. A área do Setor Habitacional Sol Nascente localiza-se entre os Setores “P” Sul, “P” Norte e Quadras QNQ da Cidade de Ceilândia, sendo a sua respectiva poligonal, bem como a da Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente, descritas no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º O Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente estão inseridos, em parte, na Zona Urbana de Dinamização e, em parte, na Zona Rural de Uso Diversificado, conforme a Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, que instituiu o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT do Distrito Federal, atualmente em vigor.

Parágrafo único. A porção do Setor Habitacional Sol Nascente e a respectiva Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente inseridas na atual Zona Rural de Uso Diversificado somente serão consideradas como urbanas caso aprovada a proposta constante da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT do Distrito Federal.

Art. 4º A Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol, criada por esta Lei Complementar, ocupada pelo assentamento denominado Pôr do Sol, localiza-se ao sul da QNP 34 da Cidade de Ceilândia, sendo sua poligonal descrita no Anexo II desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A área referida no *caput* é integrante da Zona Urbana de Dinamização, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, que institui o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT do Distrito Federal.

Art. 5º A Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol são declaradas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, sendo consideradas de interesse público, nos termos do art. 53-A da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, incluído pela Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 6º Os projetos urbanísticos de regularização da ARIS Sol Nascente e da ARIS Pôr do Sol serão aprovados pelo Poder Executivo, obedecidos os seguintes índices de ocupação do solo, indicados com base no que estabelece o art. 56 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, com a redação introduzida pela Emenda nº 49, de 2007, e na diretriz de política urbana constante do art. 2º, XIV, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001:

PUBLICADO NO DOBRÃO
232.11.11.08

- I – densidade bruta máxima de 150 habitantes por hectare;
- II – percentual de área pública, destinado aos espaços livres de uso público e equipamentos comunitários e coletivos, fixado em 15% (quinze por cento) da respectiva ARIS;
- III – área mínima para os lotes residenciais unifamiliares de 88m² (oitenta e oito metros quadrados);
- IV – usos permitidos:
- a) residencial, habitação unifamiliar;
 - b) coletivo, correspondente ao anteriormente denominado uso institucional;
 - c) comercial e de prestação de bens e serviços de abrangência local;
 - d) misto, podendo ser comercial e residencial ou institucional e residencial;
- V – coeficientes de aproveitamento:
- a) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso residencial, habitação unifamiliar, menores que 200m² (duzentos metros quadrados): igual a 1,0 (um vírgula zero);
 - b) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso residencial, habitação unifamiliar, maiores que 200m² (duzentos metros quadrados): igual a 0,8 (zero vírgula oito);
 - c) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso comercial e coletivo: igual a 1,0 (um vírgula zero);
 - d) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso misto: igual a 2,0 (dois vírgula zero).

Art. 7º Em virtude do relevante interesse público e social e por se tratar de área ocupada por população de baixa renda, o Governo do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, adotará todas as providências necessárias para a regularização fundiária dos Setores Habitacionais Sol Nascente e ARIS Pôr do Sol, de forma a garantir a titulação aos atuais ocupantes que atendam aos critérios estabelecidos pela Política Habitacional do Distrito Federal, visando cumprir a função social da propriedade urbana.

Art. 8º O Poder Executivo providenciará a implantação da infra-estrutura básica na ARIS Sol Nascente e ARIS Pôr do Sol, nos termos permitidos pelo art. 2º, § 6º, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com redação da Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, que consistirá, no mínimo, na implantação de vias de circulação, escoamento das águas pluviais, rede para abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

Art. 9º O projeto urbanístico do parcelamento deverá contemplar as restrições físico-ambientais e medidas mitigadoras recomendadas pelo Estudo Ambiental e que integrem a licença ambiental.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 2008
120º da República e 49º de Brasília


JOSÉ ROBERTO ARRUDA



Poligonal dos Setor ARIS - Sol Nascente

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Pontos	Coord_X	Coord_Y
1	161377	8247802
2	161360	8247823
3	161363	8247856
4	161388	8247890
5	161398	8247937
6	161384	8247974
7	161429	8248083
8	161474	8248146
9	161488	8248172
10	161565	8248318
11	161574	8248445
12	161621	8248664
13	161764	8249160
14	161625	8249469
15	161757	8249503
16	161816	8249554
17	161841	8249516
18	161882	8249540
19	161981	8249649
20	162361	8249739
21	163176	8249658
22	163402	8249567
23	163827	8249730
24	164072	8249106
25	164099	8249051
26	164250	8249113
27	164472	8248544

28	164721	8248638
29	164977	8248047
30	165085	8248074
31	165248	8247866
32	165302	8247730
33	165574	8247821
34	165772	8247544
35	165891	8247621
36	166213	8247196
37	166112	8246967
38	165429	8246450
39	165268	8246671
40	164653	8246221
41	164610	8246196
42	164555	8246119
43	164564	8246039
44	164343	8245916
45	164275	8245984
46	164322	8246026
47	164356	8246064
48	164292	8246141
49	164225	8246179
50	164118	8246187
51	164033	8246143
52	163954	8246119
53	163894	8246035
54	163847	8246052
55	163792	8246056

56	163771	8246090
57	163767	8246158
58	163737	8246208
59	163610	8246272
60	163563	8246217
61	163491	8246213
62	163461	8246128
63	163368	8246090
64	163347	8246030
65	163296	8245975
66	163266	8245890
67	163220	8245839
68	163198	8245890
69	163139	8245937
70	163130	8246005
71	163228	8246094
72	163220	8246183
73	163287	8246217
74	163357	8246228
75	163406	8246276
76	163393	8246364
77	163491	8246420
78	163567	8246501
79	163593	8246628
80	163483	8246846
81	163418	8246819
82	163336	8246829
83	163284	8246849

84	163218	8246890
85	163177	8246928
86	163131	8246963
87	163083	8246968
88	163057	8246999
89	163040	8247033
90	163008	8247056
91	162981	8247086
92	162938	8247112
93	162908	8247148
94	162906	8247189
95	162908	8247240
96	162883	8247257
97	162862	8247282
98	162867	8247314
99	162827	8247309
100	162788	8247320
101	162766	8247352
102	162769	8247416
103	162787	8247477
104	162796	8247522
105	162829	8247548
106	162861	8247578
107	162889	8247609
108	162959	8247612
109	162967	8247650
110	162982	8247734
111	162944	8247767
112	162951	8247799
113	162843	8247984

114	162807	8247955
115	162777	8247968
116	162750	8247984
117	162718	8248014
118	162681	8248061
119	162684	8248101
120	162720	8248159
121	162767	8248230
122	162734	8248252
123	162692	8248269
124	162628	8248274
125	162570	8248267
126	162556	8248336
127	162502	8248361
128	162333	8248398
129	162327	8248360
130	162309	8248317
131	162274	8248259
132	162249	8248251
133	162224	8248243
134	162208	8248225
135	162189	8248180
136	162158	8248167
137	162132	8248169
138	162145	8248120
139	162132	8248071
140	162104	8248058
141	162075	8247988
142	162060	8247951
143	162064	8247917

144	162055	8247886
145	162030	8247857
146	162012	8247829
147	162004	8247804
148	161992	8247766
149	161974	8247751
150	161963	8247753
151	161935	8247720
152	161940	8247693
153	161922	8247679
154	161872	8247684
155	161819	8247684
156	161794	8247696
157	161793	8247717
158	161796	8247755
159	161804	8247780
160	161818	8247811
161	161808	8247845
162	161777	8247854
163	161740	8247859
164	161715	8247843
165	161688	8247843
166	161679	8247868
167	161630	8247849
168	161567	8247834
169	161514	8247823
170	161469	8247819
171	161417	8247807



Poligonal - ARIS Pôr do Sol

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Pontos	Coord x	Coord y
1	166043	8244131
2	165848	8244194
3	165759	8244205
4	165698	8244213
5	165667	8244217
6	165564	8244239
7	165436	8244265
8	165370	8244275
9	165360	8244277
10	165202	8244408
11	165006	8244686
12	165246	8244774
13	165422	8244893
14	165555	8244731
15	165589	8244689

16	165716	8244562
17	166443	8245151
18	166733	8244780
19	166674	8244638
20	166690	8244485
21	166547	8244360
22	166531	8244290
23	166537	8244156
24	166508	8244127
25	166400	8244226
26	166352	8244194
27	166170	8244080
28	166129	8243993



(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

SANCIADO
Amde

Cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam criados o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol, inseridos na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, conforme Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 2º O Setor Habitacional Sol Nascente é constituído pela Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente e pela área de preservação permanente, onde será criado, pelo Poder Executivo, o parque ou unidade de conservação.

Parágrafo único. A área do Setor Habitacional Sol Nascente localiza-se entre os Setores "P" Sul, "P" Norte e Quadras QNQ da Cidade de Ceilândia, sendo a sua respectiva poligonal, bem como a da Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente, descritas no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º O Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente estão inseridos, em parte, na Zona Urbana de Dinamização e, em parte, na Zona Rural de Uso Diversificado, conforme a Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, que instituiu o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT do Distrito Federal, atualmente em vigor.

Parágrafo único. A porção do Setor Habitacional Sol Nascente e a respectiva Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente inseridas na atual Zona Rural de Uso Diversificado somente serão consideradas como urbanas caso aprovada a proposta constante da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT do Distrito Federal.

Art. 4º A Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol, criada por esta Lei Complementar, ocupada pelo assentamento denominado Pôr do Sol, localiza-se ao sul da QNP 34 da Cidade de Ceilândia, sendo sua poligonal descrita no Anexo II desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A área referida no *caput* é integrante da Zona Urbana de Dinamização, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, que institui o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT do Distrito Federal.

Art. 5º A Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol são declaradas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, sendo consideradas de interesse público, nos termos do art. 53-A da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, incluído pela Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Art. 6º Os projetos urbanísticos de regularização da ARIS Sol Nascente e da ARIS Pôr do Sol serão aprovados pelo Poder Executivo, obedecidos os seguintes índices de ocupação do solo, indicados com base no que estabelece o art. 56 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, com a redação introduzida pela Emenda nº 49, de 2007, e na diretriz de política urbana constante do art. 2º, XIV, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001:

I – densidade bruta máxima de 150 habitantes por hectare;

II – percentual de área pública, destinado aos espaços livres de uso público e equipamentos comunitários e coletivos, fixado em 15% (quinze por cento) da respectiva ARIS;

III – área mínima para os lotes residenciais unifamiliares de 88m² (oitenta e oito metros quadrados);

IV – usos permitidos:

a) residencial, habitação unifamiliar;

b) coletivo, correspondente ao anteriormente denominado uso institucional;

c) comercial e de prestação de bens e serviços de abrangência local;

d) misto, podendo ser comercial e residencial ou institucional e residencial;

V – coeficientes de aproveitamento:

a) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso residencial, habitação unifamiliar, menores que 200m² (duzentos metros quadrados): igual a 1,0 (um vírgula zero);

b) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso residencial, habitação unifamiliar, maiores que 200m² (duzentos metros quadrados): igual a 0,8 (zero vírgula oito);

c) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso comercial e coletivo: igual a 1,0 (um vírgula zero);

d) coeficiente de aproveitamento básico para os lotes destinados ao uso misto: igual a 2,0 (dois vírgula zero).

Art. 7º Em virtude do relevante interesse público e social e por se tratar de área ocupada por população de baixa renda, o Governo do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, adotará todas as providências necessárias para a regularização fundiária dos Setores Habitacionais Sol Nascente e ARIS Pôr do Sol, de forma a garantir a titulação aos atuais ocupantes que atendam aos critérios estabelecidos pela Política Habitacional do Distrito Federal, visando cumprir a função social da propriedade urbana.

Art. 8º O Poder Executivo providenciará a implantação da infra-estrutura básica na ARIS Sol Nascente e ARIS Pôr do Sol, nos termos permitidos pelo art. 2º, § 6º, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com redação da Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, que consistirá, no mínimo, na implantação de vias de circulação, escoamento das águas pluviais, rede para abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Art. 9º O projeto urbanístico do parcelamento deverá contemplar as restrições físico-ambientais e medidas mitigadoras recomendadas pelo Estudo Ambiental e que integrem a licença ambiental.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de novembro de 2008


DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

ANEXO I

SETOR HABITACIONAL SOL NASCENTE



□ Poligonal dos Setor ■ ARIS - Sol Nascente

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Pontos	Coord X	Coord Y
1	161377	8247802
2	161360	8247823
3	161363	8247856
4	161388	8247890
5	161398	8247937
6	161384	8247974
7	161429	8248083
8	161474	8248146
9	161488	8248172
10	161565	8248318
11	161574	8248445
12	161621	8248664
13	161764	8249160
14	161825	8249469
15	161757	8249503
16	161816	8249554
17	161841	8249516
18	161882	8249540
19	161981	8249649
20	162361	8249739
21	163176	8249658
22	163402	8249567
23	163827	8249730
24	164072	8249106
25	164099	8249051
26	164250	8249113
27	164472	8248544

28	164721	8248638
29	164977	8248047
30	165085	8248074
31	165248	8247866
32	165302	8247730
33	165674	8247821
34	165772	8247544
35	165891	8247621
36	166213	8247196
37	166112	8246967
38	165429	8246450
39	165268	8246671
40	164653	8246221
41	164610	8246196
42	164555	8246119
43	164564	8246038
44	164343	8245916
45	164275	8245984
46	164322	8246026
47	164356	8246064
48	164292	8246141
49	164225	8246179
50	164118	8246187
51	164033	8246143
52	163954	8246119
53	163894	8246035
54	163847	8246052
55	163792	8246056

56	163771	8246090
57	163767	8246158
58	163737	8246208
59	163610	8246272
60	163563	8246217
61	163491	8246213
62	163461	8246128
63	163368	8246090
64	163347	8246030
65	163296	8245975
66	163266	8245890
67	163220	8245839
68	163198	8245890
69	163139	8245937
70	163130	8246005
71	163228	8246094
72	163220	8246183
73	163287	8246217
74	163357	8246228
75	163406	8246276
76	163393	8246364
77	163491	8246420
78	163567	8246501
79	163593	8246628
80	163483	8246846
81	163418	8246819
82	163336	8246829
83	163284	8246849

84	163218	8246890
85	163177	8246928
86	163131	8246963
87	163083	8246968
88	163057	8246999
89	163040	8247033
90	163008	8247056
91	162981	8247086
92	162938	8247112
93	162908	8247148
94	162906	8247189
95	162908	8247240
96	162883	8247267
97	162862	8247282
98	162867	8247314
99	162827	8247309
100	162788	8247320
101	162766	8247352
102	162769	8247416
103	162787	8247477
104	162796	8247522
105	162829	8247548
106	162861	8247578
107	162889	8247609
108	162959	8247612
109	162967	8247650
110	162962	8247734
111	162944	8247767
112	162951	8247799
113	162843	8247984

114	162807	8247956
115	162777	8247968
116	162750	8247984
117	162718	8248014
118	162681	8248061
119	162684	8248101
120	162720	8248159
121	162767	8248230
122	162734	8248252
123	162692	8248269
124	162628	8248274
125	162570	8248267
126	162566	8248336
127	162502	8248361
128	162333	8248398
129	162327	8248360
130	162309	8248317
131	162274	8248259
132	162249	8248251
133	162224	8248243
134	162208	8248225
135	162189	8248180
136	162158	8248167
137	162132	8248169
138	162145	8248120
139	162132	8248071
140	162104	8248058
141	162076	8247988
142	162060	8247951
143	162064	8247917

144	162055	8247886
145	162030	8247857
146	162012	8247829
147	162004	8247804
148	161992	8247766
149	161974	8247751
150	161963	8247753
151	161935	8247720
152	161940	8247693
153	161922	8247679
154	161872	8247684
155	161819	8247684
156	161794	8247696
157	161793	8247717
158	161796	8247755
159	161804	8247780
160	161818	8247811
161	161808	8247845
162	161777	8247854
163	161740	8247859
164	161715	8247843
165	161688	8247843
166	161679	8247868
167	161630	8247849
168	161567	8247834
169	161514	8247823
170	161469	8247819
171	161417	8247807



Poligonal - ARIS Pôr do Sol

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Pontos	Coord_x	Coord_y
1	166043	8244131
2	165848	8244194
3	165759	8244205
4	165698	8244213
5	165667	8244217
6	165564	8244239
7	165436	8244265
8	165370	8244275
9	165360	8244277
10	165202	8244408
11	165006	8244666
12	165246	8244774
13	165422	8244893
14	165555	8244731
15	165589	8244689

16	165716	8244562
17	166443	8245151
18	166733	8244780
19	166674	8244638
20	166690	8244485
21	166547	8244360
22	166531	8244290
23	166537	8244156
24	166508	8244127
25	166400	8244226
26	166352	8244194
27	166170	8244080
28	166129	8243993



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Indicação nº **IND 5833/2008**
(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)

Em **26** de **11** de **08**
17932
Assessoria de Plenário

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Obras, a construção de uma biblioteca pública no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da mesma, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermediação da Secretaria de Obras, a construção de uma biblioteca pública no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

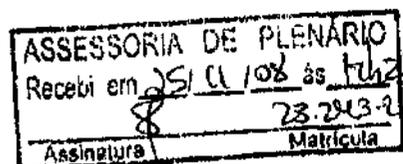
JUSTIFICAÇÃO

O INCRA 08 é hoje uma cidade carente de várias infra-estruturas públicas. A construção de uma biblioteca faz-se necessária e tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade.

Diante disso, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008.


ROGÉRIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL - PSB/DF





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

E I D O
Em 26/11/08
12 17932
Assessoria de Plenário

Indicação nº **IND 5834/2008;**
(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Obras, a construção de 01 (um) Centro Poliesportivo no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da mesma, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermediação da Secretaria de Obras, a construção de 01 (um) Centro Poliesportivo no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

JUSTIFICAÇÃO

O INCRA 08 é uma cidade carente de várias infra-estruturas básicas. A construção de um local específico para a prática de esportes viria contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade.

Diante disso, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008.


ROGÉRIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL - PSB/DF

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 25/11/08 às 17h24
Assinatura:  Matrícula: 23.243-2



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Indicação nº **IND 5835/2008**;
(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)

LEDO
Em 26 / 11 / 08
X 17932
Assessoria de Plenário

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Obras, a construção de 01 (uma) Quadra Poliesportiva na Escola Classe 01 do INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da mesma, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermediação da Secretaria de Obras, a construção de 01 (uma) Quadra Poliesportiva na Escola Classe 01 do INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

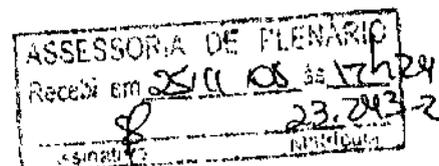
JUSTIFICAÇÃO

O INCRA 08 é uma cidade carente de várias infra-estruturas básicas. A construção de uma quadra poliesportiva na Escola Classe 01 viria contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes daquela comunidade.

Diante disso, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008.


ROGÉRIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL – PSB/DF





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Indicação nº IND 5838 /2008
(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)

Em 26 ^{LIDO} / 11 / 08
K 17932
 Assessoria de Plenário

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Obras, promover o asfaltamento das Quadras 1C e 2C, localizadas no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da mesma, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermediação da Secretaria de Obras, promover o asfaltamento das Quadras 1C e 2C, localizadas no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

JUSTIFICAÇÃO

O INCRA 08 é hoje uma cidade carente de várias infra-estruturas públicas. As Quadras 1C e 2C encontram-se desprovidas de asfalto.

A medida aqui sugerida tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade.

Diante disso, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008.


ROGERIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL - PSB/DF

ASSESSORIA DE PLENARIO
 Recebi em 26 / 11 / 08 às 17h
8 23.283
 Assinatura Matrícula



17

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Indicação nº **IND 5837/2008**
3
(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)

LEIDO
Em 26 / 11 / 08
K 17932
Assessoria de Plenário

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Obras, a construção de uma creche no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da mesma, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermediação da Secretaria de Obras, a construção de uma creche no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

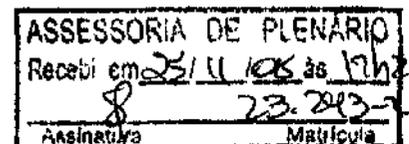
JUSTIFICAÇÃO

O INCRA 08 é hoje uma cidade carente de várias infra-estruturas públicas. A construção de uma creche faz-se necessária e tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade.

Diante disso, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008.


ROGÉRIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL - PSB/DF





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Indicação nº **IND 5838/2008**
(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)

LIDO
Em 26 / 11 / 08
K 17932
Assessoria de Plenário

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Obras, promover a urbanização da Praça 07, localizada no INCRA 08, na Região Administrativa de Brasília.

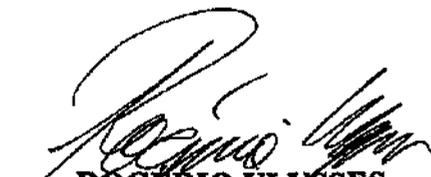
A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da mesma, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermediação da Secretaria de Obras, promover a urbanização da Praça 07, localizada no INCRA 08, na Região Administrativa de Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

O INCRA 08 é hoje uma cidade carente de várias infra-estruturas públicas. A urbanização da Praça 07 tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade.

Diante disso, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008.


ROGÉRIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL - PSB/DF

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 26 / 11 / 08 às 17h2
K 17932
Assinatura Matrícula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

LIDO
Em 26 / 11 / 08
K 17932
Assessoria de Plenário

Indicação nº **IND 5838/2008**
(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, a construção de cercas nas áreas pertencentes ao Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Distrito Federal situadas no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno da mesma, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermediação da Secretaria de Obras, a construção de cercas nas áreas pertencentes ao Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Distrito Federal situadas no INCRA 08, na Região Administrativa de Brazlândia.

JUSTIFICAÇÃO

As áreas onde estão situados os destacamentos do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do INCRA 08 estão com a sua segurança vulnerável, uma vez que os imóveis não possuem cercas, a fim de impedir ação de vândalos.

Essa medida, considerando os materiais equipamentos lá existentes, mostra-se urgente e imprescindível para o pleno desempenho das atribuições desses órgãos, uma vez que a sua segurança, na situação atual, encontra-se bastante vulnerável.

Diante disso, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008.


ROGÉRIO ULYSSES
DEPUTADO DISTRITAL – PSB/DF

ASSESSORIA DE PLENARIO
Recbi em 25 / 11 / 08 às 17h22
 23.243-7
Assinatura Matrícula

LIDO
Em 26/11/08
R 17932
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

IND 5841/2008

INDICAÇÃO N.º
(Autor: Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

Solicita a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal a construção de estacionamento no canteiro central da Avenida Brasília, no Areal, Localizado na Região Administrativa de Águas Claras, RA XX.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

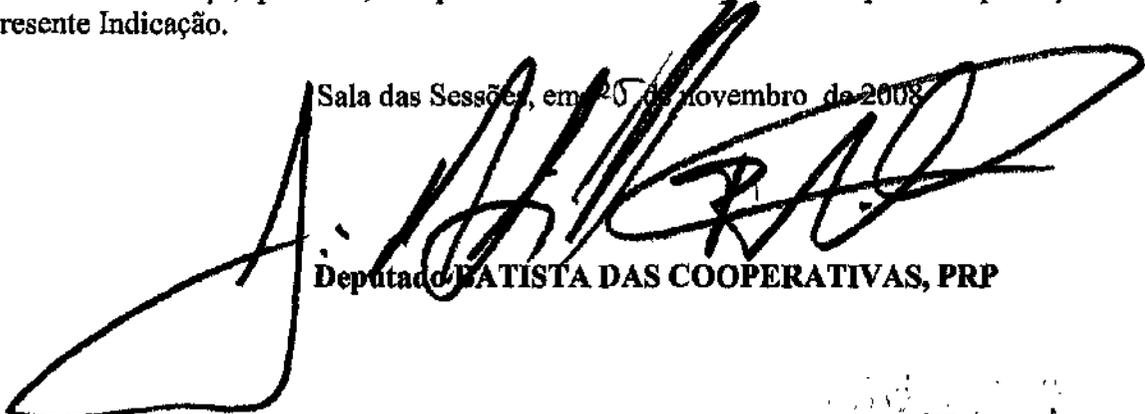
Com fulcro no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para sugerir a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal a construção de estacionamento no canteiro central da Avenida Brasília, nas proximidades da QS 11, no Areal, localizado na Região Administrativa de Águas Claras.

JUSTIFICAÇÃO

A comunidade, os comerciantes e os visitantes que transitam pela Avenida Brasília do Areal não possuem um local para o estacionamento dos veículos que ficam estacionados ao longo do meio-fio na avenida, dificultando o trânsito e as vendas. Por isso todos reivindicam a implantação de um estacionamento no canteiro central onde possam estacionar os seus veículos com segurança para freqüentarem o comércio, igrejas entre outros estabelecimentos ali instalados.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2008


Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

2008 11/07 11:00:27
17316



Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

MOÇÃO n. 208/2008
(Do Deputado Milton Barbosa)

LIDO
Em 26/11/08
K 17932
Assessoria de Plenário

Apresenta votos de louvor ao Sr. Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília – CEB, Sr. Antônio de Pádua Gonçalves Novaes, pelo exemplar empenho demonstrado no exercício de suas atribuições.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares apresentarem votos de louvor ao Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília – CEB, Senhor **Antônio de Pádua Gonçalves Novaes**, pelo exemplar empenho demonstrado no exercício de suas funções.

JUSTIFICAÇÃO

O dinamismo com o qual a sociedade está evoluindo nas últimas décadas tem compelido os administradores a buscarem incessantemente novos mecanismos de atuação, tudo a fim de que o poder constituído consiga atender as crescentes demandas sociais de maneira mais eficaz.

Nesse sentido, os titulares de cargos de direção no âmbito do Governo local devem acompanhar essa realidade, e buscarem também, novos meios de atuação.

ASSESSORIA DE PLENARIO	
Recebi em	26/11/08 às 9:15
Assinatura	J. B. G. N.
	Matrícula



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

Dessa forma, merece ser elogiada a atuação do Senhor Diretor de Engenharia da CEB, Senhor **Antônio de Pádua Gonçalves Novaes**, que, não raro, acompanha pessoalmente o desenvolvimento dos trabalhos de sua área de atuação, com o objetivo de encontrar soluções eficazes no menor prazo possível. O **Senhor Antônio de Pádua Gonçalves Novaes**, é daqueles servidores públicos que nunca deixa o usuário de serviços públicos sem resposta.

De fato, esse é o exemplo que deve ser seguido por todos os setores do Governo do Distrito Federal.

Diante desse louvável exemplo de trabalho e, que deve ser seguido em outras pastas, rogo aos nobres pares a aprovação da presente Moção.

Sala das Sessões, em de 2008.


Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO PRESIDENTE**

OFÍCIO N. /07 - PRESIDÊNCIA

Brasília, de de 2008.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DE ENGENHARIA DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB,**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, por iniciativa do Deputado **Milton Barbosa** e deliberação de seu Plenário, apresenta **VOTOS DE LOUVOR** a Vossa Senhoria, em face de sua dedicação e empenho no exercício das atribuições inerentes a seu mister, traduzindo com fidelidade a intenção do Governo do Distrito Federal de bem atender ao interesse público, principalmente pelo exemplo maior de aproximar-se direta e pessoalmente da realidade experimentada pela sociedade, apresentando propostas e soluções concretas ao usuário do serviço público, para os problemas inerentes a sua área de atuação.

**Deputado ALÍRIO NETO
PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**



CIDU
Em 26/11/08
K 17936
Assessoria de Planejamento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado CABO PATRÍCIO

REQUERIMENTO Nº RQ 1267/2008

Requer a declaração de prejudicialidade do projeto de Lei nº 823, de 2008 de autoria do Deputado Aylton Gomes.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 175, do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a Vossa Excelência que declare a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 823, de 2008, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que dispõe sobre a prática de esporte que menciona no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 823, de 2008, é de autoria do Deputado Aylton Gomes e "dispõe sobre a prática de esporte que menciona no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Por meio da proposição, o parlamentar estabelece requisitos a serem observados na prática de esportes de aventura por empresas comerciais e entes públicos que promovam atividades do gênero.

Com o mesmo objetivo, o Projeto de Lei nº 2.025, de 2005, de autoria do Deputado Chico Leite, "dispõe sobre a exploração comercial e o patrocínio de esportes de aventura e técnicas que envolvam equipamentos de segurança no âmbito do Distrito Federal", esse projeto trata de mesma matéria, de modo mais detalhado.

Contudo importante se torna a declaração de prejudicialidade do PL nº823, 2008 de Autoria do Deputado Aylton Gomes, uma vez que o PL nº2.025, de 2005, de autoria do Deputado Chico Leite é anterior, ou seja já tramitava nesta casa legislativa.

Art. 175. Consideram-se prejudicados:

VIII – proposta de emenda à Lei Orgânica, projeto de lei complementar e projeto de lei de teor igual ao de proposição da mesma espécie que já tramite na Câmara Legislativa.

25/11/08 10:20
16965



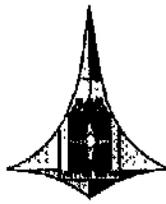
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado CABO PATRÍCIO

Art. 176. O Presidente da Câmara Legislativa, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado Distrital ou Comissão, declarará prejudicada a matéria pendente de deliberação:

I – por haver perdido a oportunidade;

.....

CABO PATRÍCIO
(Deputado Distrital-PT)



21
CIDO
Em 26 / 11 / 08
K 17932
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado CABO PATRÍCIO

REQUERIMENTO Nº

RQ 1268 / 2008

(Do Deputado Cabo Patrício)

**Requer a declaração de prejudicialidade
do Projeto de Lei nº 751, de 2008.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal,**

Com fundamento no *caput* e inciso VIII do art. 175 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a Vossa Excelência que declare a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 751, de 2008, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "dispõe sobre a criação do Programa LER PRA CRER direcionado para as pessoas com deficiência visual, no âmbito do Distrito Federal".

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 751, de 2008, dispõe sobre a criação do Programa LER PRA CRER direcionado às pessoas com deficiência visual, no âmbito do Distrito Federal. O Projeto objetiva garantir o acesso dessas pessoas à leitura

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebido em 25/11/08 às 10:00
16945

de obras do acervo literário das bibliotecas de Brasília, por meio de versões impressas em Braille ou gravadas em áudiolivro.

Ocorre que dois projetos de teor semelhante encontram-se tramitando na Casa: o Projeto de Lei nº 1.441, de 2004, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que *assegura aos portadores de deficiência visual o direito a Cultura e a Leitura*, e o Projeto de Lei nº 2.201, de 2005, de autoria do Deputado Pedro Passos, que *obriga a inclusão de literaturas impressas no sistema Braille no acervo de todas as bibliotecas públicas, privadas, universitárias e escolares*. Ambos receberam parecer favorável de mérito e pela admissibilidade.

Assim, o PL nº 751/2007 deve ser declarado prejudicado pelo Presidente da Casa, à luz do art. 175, VIII, do Regimento Interno da CLDF, *in verbis*:

Art. 175. Consideram-se prejudicados:

.....

VIII - proposta de emenda à Lei Orgânica, projeto de lei complementar e projeto de lei de teor igual ao da proposição da mesma espécie que já tramite na Câmara Legislativa.
(grifo nosso)

Sala das Sessões, em 2008.


Deputado Cabo Patrício



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Em 26/11/08

REQUERIMENTO Nº 1268/2008
(Do Sr. Deputado ROGÉRIO ULYSSES)

K 11932
Assessoria de Plenário

Requer a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa, no dia 03 de dezembro de 2008, às 19:00 horas, para discutir os aumentos abusivos das mensalidades escolares, para o exercício de 2009, praticados pelos estabelecimentos de ensino particular do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 145, inciso VIII, combinado com os arts. 85 e 239 a 242, todos do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa, no dia 03 de dezembro de 2008, às 19:00 horas, para discutir os aumentos abusivos das mensalidades escolares, para o exercício de 2009, praticados pelos estabelecimentos de ensino particular do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Chegado o fim de ano, os pais de quase trezentos mil alunos de instituições privadas de ensino do Distrito federal preparam-se para as negociações com vistas ao reajustes das mensalidades escolares.

Segundo representantes dos pais e alunos, a maioria das escolas particulares tem apresentado reajustes muito superiores à inflação acumulada no ano. Algumas escolas chegam a propor reajuste de preços em até 30%. A média no Distrito federal gira em torno de 12%, muito acima de todos os índices oficiais de inflação.

Outro fator que se deve destacar são as planilhas, que, quando apresentadas, em sua quase totalidade não espelham a realidade da situação econômica da instituição. Deve-se registrar, ainda, que muitas delas são de difícil entendimento e visam, com isso, dificultar a análise dos interessados.

A Lei nº 9.870, de 23/11/99, que “dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências”, estabelece em seu art. 1º, § 3º, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§ 3º Poderá ser acrescido ao valor total anual de que trata o § 1º montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, comprovado mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando esta variação resulte da introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico. (grifamos)

Ao tratar da fiscalização dessa comprovação, a mesma Lei dispõe, em seu art. 4º, o seguinte:





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Art. 4º A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, quando necessário, poderá requerer, nos termos da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no âmbito de suas atribuições, comprovação documental referente a qualquer cláusula contratual, exceto dos estabelecimentos de ensino que tenham firmado acordo com alunos, pais de alunos ou associações de pais e alunos, devidamente legalizadas, bem como quando o valor arbitrado for decorrente da decisão do mediador.

Parágrafo único. Quando a documentação apresentada pelo estabelecimento de ensino não corresponder às condições desta Lei, o órgão de que trata este artigo poderá tomar, dos interessados, termo de compromisso, na forma da legislação vigente.

Em razão dos abusivos aumentos, dificilmente há acordo entre os pais e os estabelecimentos de ensino, levando, quase sempre à composição arbitral.

Vê-se que, deste modo, como se dá hoje os aumentos vêm sendo impostos aos consumidores. Por outro lado, não se sabe se o órgão responsável pela fiscalização desses abusos vem cumprindo seu papel a contento.

Neste sentido, proponho que esta Casa promova, ainda neste ano, um amplo debate sobre o assunto, trazendo à discussão todos os setores envolvidos no processo, tais como: pais, alunos, professores, representantes de classes, em especial dos estabelecimentos de ensino, bem como os órgãos governamentais incumbidos da fiscalização e regulação do setor, a fim de que se possa abrir a "caixa preta" das instituições de ensino particular e mostrar à sociedade a origem e a verdadeira composição dessa salgada conta que significativa parcela da população de Brasília tem arcar.

Diante disso, considerando a importância do tema, peço aos nobres pares o apoio necessário à aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2.008.


ROGÉRIO ULYSSES
 Deputado Distrital
 PSB